



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 046/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO E A FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL).

O **MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n. 45.371.820/0001-28, com sua sede de governo estabelecida nesta Cidade e Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rua Aprígio de Araújo, n. 837, centro, representado por seu Prefeito Municipal, **JOSÉ ALBERTO GIMENEZ**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 744.812.078-68, carteira de identidade RG nº 4.660.710-9/SSP/SP, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Avenida José Ferreira dos Reis nº 179, e a **FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA**, inscrita no CNPJ n. 18.622.171/0001-18, com sede na Cidade e Comarca de Sertãozinho, no Sítio Bianchini, km 11, Estrada Engenho Verri, Zona Rural, representada neste ato pelo seu presidente **RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES**, portador da cédula de identidade RG nº 26.201.617 SSP/SP, e do CPF nº 265.472.348-86, residente e domiciliado na cidade de Sertãozinho na Rua Deusdedit de Oliveira, 57, doravante designado simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e respectivo decreto regulamentador e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente de dispensa de Chamamento Público, conforme artigo 29 da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, tem por objeto a execução do Projeto **"RECONSTRUINDO VALORES"**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I. (Processo nº 7152/2020)

Parágrafo primeiro - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

Parágrafo segundo - É vedado também ser objeto de execução:

I - a contratação de serviços de consultoria, com ou sem produto determinado;

II - o apoio administrativo, com ou sem disponibilização de pessoal, fornecimento de materiais consumíveis ou outros bens.

Parágrafo terceiro - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado e regulamento de compras e contratações, propostos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e aprovados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Parágrafo único - Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA- TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

I - registrar os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;





MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

II - fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

III - Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

IV - realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

V - aprovar o regulamento de compras e contratações, próprio ou de terceiro, em anexo ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO, em que sejam previstos, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade;

VI - manter e disponibilizar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, com as funcionalidades previstas no art. 43 da Lei nº 13.019/2014 e neste ajuste referente à contratação com terceiros;

VII - liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;

VIII - realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

IX - na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

X - viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

XI - manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria.

XII - divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I - Manter escrituração contábil regular;

II - registrar os atos de execução de despesas e a prestação de contas do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;

III - anexar ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO comprovação de que possui no mínimo, 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas.

IV - indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - divulgar, em seu site na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica e exclusiva aberta para esta parceria em instituição financeira indicada pela administração pública;

VII - é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos da parceria;

Aut



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

VIII - dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto;

IX - inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;

X - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XI - responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TERMO DE COLABORAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

XII - disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

III - DO GESTOR DA PARCERIA:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V - comunicar ao administrador público as hipóteses previstas na Lei nº 13.019/2014.

VI - emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada, nos termos da Lei nº 13.019/2014 quanto à prestação de contas.

§ 1º - Considera-se gestor do presente TERMO DE COLABORAÇÃO o agente público responsável pela gestão da parceria com poderes de controle e fiscalização;

§ 2º - É vedada, na execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, a participação como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, hipótese na qual deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído;

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este TERMO DE COLABORAÇÃO terá vigência de 01 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, por iguais períodos, mediante termo aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

Parágrafo Único - A Administração Pública prorrogará "de ofício" a vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR, DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO neste ato



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

fixados em R\$ 68.714,29 (sessenta e oito mil, setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos), provenientes de emendas parlamentares, e serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

As despesas decorrentes do presente TERMO DE COLABORAÇÃO correrão por conta de verbas do Orçamento do exercício de 2020, sob a rubrica orçamentária 08.244.0021.2.173, elemento de despesa 3.3.50.39.00, Vínculo 01.510.0142, unidade orçamentária 02.32.02, da Lei Orçamentária nº 6.685 de 23 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da organização da sociedade civil com relação a outras cláusulas básicas;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Subcláusula primeira: Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º - os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º - os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica aberta exclusivamente para cada ajuste, em instituição financeira pública indicada pela administração pública, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 1 (um) mês.

§ 3º - Havendo relevância para o interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

§ 4º - As alterações previstas no parágrafo anterior prescindem de aprovação de novo plano de trabalho pela administração pública, mas não da análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo da parceria e da publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

§ 5º - Os rendimentos das aplicações financeiras, quando autorizados serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula segunda: No caso de o plano de trabalho e o cronograma de desembolso preverem mais de 1 (uma) parcela de repasse de recursos, para recebimento de cada parcela, a organização da sociedade civil deverá:

I - ter preenchido os requisitos exigidos na Lei n.º 13.019/2014 para celebração da parceria;

II - apresentar a prestação de contas da parcela anterior;

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à organização da sociedade civil, sob pena de rescisão do ajuste:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

V - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

VI - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

VIII - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014;

d) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

Subcláusula Segunda - Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - multas e encargos vinculados a atraso no cumprimento de obrigações previstas nos planos de trabalho e de execução financeira, em consequência do inadimplemento da administração pública em liberar tempestivamente, as parcelas acordadas;

II - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

Subcláusula Terceira - Em casos excepcionais, desde que fique demonstrada no plano de trabalho a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, em função das peculiaridades do objeto da parceria, da região onde se desenvolverão as atividades e dos serviços a serem prestados, o TERMO DE COLABORAÇÃO poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, observados cumulativamente os seguintes pré-requisitos:

I - os pagamentos em espécie estarão restritos, em qualquer caso, ao limite individual de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por beneficiário e ao limite global de 10% (dez por cento) do valor total da parceria, ambos calculados levando-se em conta toda a duração da parceria;

II - os pagamentos em espécie deverão estar previstos no plano de trabalho, que especificará os itens de despesa passíveis desse tipo de execução financeira, a natureza dos beneficiários a serem pagos nessas condições e de cronograma de saques e pagamentos, com limites individuais e totais, observando o previsto no inciso I;

III - Os pagamentos de que trata este artigo serão realizados por meio de saques realizados na conta da

Handwritten signature



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

cooperação, ficando por eles responsáveis as pessoas físicas que os realizarem, as quais:

a) prestarão contas à organização da sociedade civil do valor total recebido, em até 30 (trinta) dias a contar da data do último saque realizado, por meio da apresentação organizada das notas fiscais ou recibos que comprovem os pagamentos efetuados e que registrem a identificação do beneficiário final de cada pagamento;

b) devolverá à conta do TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante depósito bancário, a totalidade dos valores recebidos e não aplicados à data a que se refere "a" alínea a deste inciso;

IV - a responsabilidade perante a administração pública pela boa e regular aplicação dos valores aplicados nos termos deste artigo permanece com a organização da sociedade civil e com os respectivos responsáveis consignados no TERMO DE COLABORAÇÃO, podendo estes agir regressivamente em relação à pessoa física que, de qualquer forma, houver dado causa à irregularidade na aplicação desses recursos;

V - será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas nesta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CUSTOS INDIRETOS:

O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização e que:

I - sejam necessários e proporcionais ao cumprimento do objeto;

II - fique demonstrada, no plano de trabalho, a vinculação entre a realização do objeto e os custos adicionais pagos, bem como a proporcionalidade entre o valor pago e o percentual de custo aprovado para a execução do objeto;

III - tais custos proporcionais não sejam pagos por qualquer outro instrumento de parceria.

Subcláusula única: Quando os custos indiretos forem pagos também por outras fontes, a organização da sociedade civil deve apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada à duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela dos custos indiretos.

§ 1º - Os custos indiretos proporcionais podem incluir despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis e de assessoria jurídica, nos termos do caput, sempre que tenham por objeto o plano de trabalho pactuado com a administração pública.

§ 2º - Despesas com auditoria externa contratada pela organização da sociedade civil, mesmo que relacionadas com a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, não podem ser incluídas nos custos indiretos.

CLAUSULA NONA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade, de acordo com regulamento de compras e contratações.

Subcláusula Primeira - O processamento das compras e contratações será efetuado na forma que permita aos interessados formular propostas, dele, ainda, devendo constar ferramenta de notificação dos fornecedores do ramo da contratação que constem do cadastro.

Subcláusula Segunda: Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do TERMO DE COLABORAÇÃO são de responsabilidade exclusiva das organizações da sociedade civil, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

Subcláusula Terceira: E vedada à organização da sociedade civil celebrar contrato ou convênio com pessoa impedida de receber recurso público federal.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DESPESAS COM A EQUIPE DIRETAMENTE ENVOLVIDA COM O OBJETO DO AJUSTE

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo - terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija.

§ 1º - A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.

§ 2º - A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.

§ 3º - Serão detalhados, no plano de trabalho, os valores dos impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais incidentes sobre as atividades previstas para a execução do objeto, de responsabilidade da entidade, a serem pagos com os recursos transferidos por meio da parceria, durante sua vigência.

§ 4º - Não se incluem na previsão do § 3º os tributos de natureza direta e personalíssima que onerem a entidade.

§ 5º - A seleção e a contratação pela organização da sociedade civil de equipe envolvida na execução do TERMO DE COLABORAÇÃO deverão observar os princípios da administração pública previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

§ 6º - A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

§ 7º - Não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

I - contra a administração pública ou o patrimônio público;

II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 8º - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos destinados pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o poder público.

§ 9º - A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a administração pública a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO ou restringir a sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

A Administração Pública poderá autorizar o remanejamento de recursos do plano de aplicação, durante a vigência da parceria, para consecução do objeto pactuado, de modo que, separadamente para cada

Handwritten signature



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

categoria econômica da despesa, corrente ou de capital, a organização da sociedade civil remaneje, entre si, os valores definidos para os itens de despesa, desde que, individualmente, os aumentos ou diminuições não ultrapassem 25% (vinte e cinco por cento) do valor originalmente aprovado no plano de trabalho para cada item.

Parágrafo único - O remanejamento dos recursos de que trata o caput somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pela administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014 sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;

IV - quando for o caso, os valores pagos nos termos do art. 54 da Lei nº 13.019/2014, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;

V - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas;

VI - análise das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Subcláusula primeira: Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a administração pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica e exclusiva;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo primeiro: Serão glosados nas prestações de contas os valores que não atenderem ao disposto nos arts. 53 e 54 da Lei nº 13.019/2014, pertinente à movimentação e aplicação dos recursos financeiros.

Parágrafo segundo: Cada prestação de contas parcial deverá ser apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da parcela de recursos pela organização da sociedade civil, e, a final, deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria.

Subcláusula primeira: A prestação de contas relativa à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

Subcláusula segunda: A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria, nos termos do art. 58, da Lei nº 13.019/2014;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

Subcláusula terceira: a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada, no prazo definido no plano de trabalho, que faz parte deste instrumento.

Subcláusula quarta: O parecer técnico do gestor acerca da prestação de contas deverá conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula quinta: A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a entrega da prestação de contas final pela organização da sociedade civil, devendo dispor sobre:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição da prestação de contas e a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

Subcláusula sexta: Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

Subcláusula sétima: O transcurso do prazo definido nos termos da subcláusula quinta sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil parceira ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido no caput deste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Subcláusula oitava: As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula nona: A autoridade competente para assinar o TERMO DE COLABORAÇÃO é a responsável pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas, tendo como base os pareceres técnico e financeiro, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas.

Subcláusula décima: Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

Parágrafo único - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo da inscrição da organização da sociedade civil na Dívida Ativa Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

Parágrafo primeiro: Os bens remanescentes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese da extinção da parceria.

Parágrafo segundo: Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

Parágrafo terceiro: Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados à continuidade da execução do objeto previsto neste termo, sob pena de reversão em favor da Administração.

c.

Handwritten signature



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

- a) - advertência;
- b) - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de cooperação e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração, e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo único - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Subcláusula primeira: O responsável por parecer técnico que conclua indevidamente pela capacidade operacional e técnica de organização da sociedade civil para execução de determinada parceria responderá administrativa, penal e civilmente, caso tenha agido com dolo ou culpa, pela restituição aos cofres públicos dos valores repassados, sem prejuízo da responsabilidade do administrador público, do gestor, da organização da sociedade civil e de seus dirigentes.

Subcláusula segunda: A pessoa que atestar ou o responsável por parecer técnico que concluir pela realização de determinadas atividades ou pelo cumprimento de metas estabelecidas responderá administrativa, penal e civilmente pela restituição aos cofres públicos dos valores repassados, caso se verifique que as atividades não foram realizadas tal como afirmado no parecer ou que as metas não foram integralmente cumpridas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Jornal Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

I - todas as comunicações relativas a este TERMO DE COLABORAÇÃO serão consideradas como regularmente efetuadas;

II - as comunicações serão remetidas por correspondência e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste TERMO DE COLABORAÇÃO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados;

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste TERMO DE COLABORAÇÃO, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

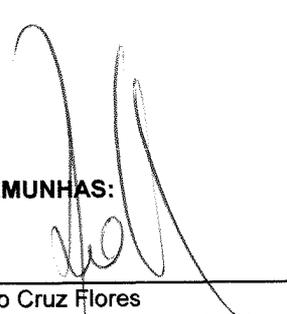
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

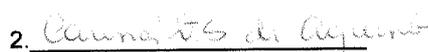
Sertãozinho, 18 de março de 2020.


MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO
JOSÉ ALBERTO GIMENEZ
PREFEITO MUNICIPAL


FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA
RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES
PRESIDENTE
ENTIDADE

TESTEMUNHAS:

1. 
Roberto Cruz Flores
Diretor do Departamento de Atos Oficiais

2. 
Carina Vieira Santos de Aquino
Escriturária



10

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA
Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP
CNPJ: 18.622.171/0001-18
(16)39471719

PLANO DE TRABALHO -2020

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da OSC

Nome da OSC: FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA
Endereço: Sítio Bianchini , 11 **CEP:** 14160-970
Bairro: Zona Rural - km 11 **Complemento:** Estrada Engenho Verri **Município:** Sertãozinho-SP
Telefone: (16)39471719
E-mail: frumanovahistoria@gmail.com
CNPJ: 18.622.171/0001-18
Conta Corrente: 67013-8 **Banco:** 001 - Banco do Brasil **Agência:** 0987-3
Site: <http://sisamo.com.br/mrosc/sp/sertaozinho/fazendaderecuperacaoumanovahistoria>

1.2 Representante Legal da OSC

Nome: RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES
Cargo: Presidente
Endereço Residencial: RUA AMÉLIA DANDARO RODRIGUES, 396 -06 **CEP:** 14160-000
Bairro: CD JARDIM **Município:** Sertãozinho
Telefone:
E-mail: ricardofazenda@gmail.com
RG: 26201167 **SSP/SP CPF:** 265.472.348-86
Data do Início do Mandato: 21/06/2017
Data do Término do Mandato: 21/06/2020

1.3 Identificação do Órgão Concedente

Nome do Órgão: Prefeitura Municipal de Sertãozinho
CNPJ: 45.371.820/0001-28
Endereço: Rua: Aprígio de Araujo, 837 - Centro
Município: Sertãozinho
UF: SP
CEP: 14160-030
Telefone: (16)

1.4 Gestor da Parceria

Nome: TATIANE CRISTINA PEREIRA GUIDONI
Cargo: Secretária
Secretaria: Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Endereço: Rua Sebastiao Sampaio, 3080 **CEP:** 14169-200
Bairro: Santa Isabel **Município:** Sertãozinho SP
Telefone: (16)39456480
Email: secretariadedesenvolvimentosocial@sertaozinho.sp.gov.br
RG: 328018508 **CPF:** 295.074.358-75

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

II - CERTIFICAÇÕES E/OU INSCRIÇÕES DA OSC

Certificações e/ou Inscrições da OSC	Número	Validade
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Nº20	31/12/2021
Febract	BR059/sp021	21/01/2021

III - FINALIDADE ESTATUTÁRIA

Atividades de reinserção social

IV - ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Oferece atendimento para o município de Sertãozinho, no Distrito Cruz das Posses e região, e qualquer proporção geográfica que se fizer necessário

V - PÚBLICO ALVO

A OSC oferece Serviço Especializado de Acolhimento para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso, ou dependência de substâncias psicoativas, do sexo masculino, a partir dos 18 anos a 59 anos e 11 meses de idade, sem distinção de raça, religião ou condição econômica e residentes no município de Sertãozinho e Distrito de Cruz das Posses

VI - LOCAL DE ATENDIMENTO

Sítio Biachini km 11 - Estrada Engenho Verri - Complemento Sítio - Cep 14160-970 - Sertãozinho - SP

VII - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

18

VIII - NÚMEROS DE ATENDIDOS

18

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

IX - APRESENTAÇÃO DA OSC

A Fazenda de Recuperação Uma Nova História é uma instituição civil, sem fins lucrativos, com sede e fórum em Sertãozinho - SP, sua fundação ocorreu em 12/06/2013.

A instituição oferece serviço de acolhimento institucional, caracterizado como proteção social especial de alta complexidade, para indivíduos usuários de substâncias psicoativas, do sexo masculino, a partir de 18 anos a 59 anos e 11 meses de idade.

O objetivo é o atendimento integral do dependente químico, com ambiente propício ao amadurecimento pessoal, favorecendo a sua reinserção na sociedade.

A instituição tem capacidade de atendimento para 18 (dezoito) residentes mensais.

Apresenta como fontes de recurso, Termo de Fomento firmado com a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, pelo qual foi disponibilizada 10 (dez) vagas mensais, e recurso próprio.

X - JUSTIFICATIVA

o Plano de trabalho da Fazenda de Recuperação Nova História vem com ações dinamizadoras, que auxiliam os usuários de substâncias psicoativas e suas famílias no processo de tratamento: romper com o ciclo do uso de substância psicoativa; recuperação: fortalecimento do indivíduo enquanto sujeito, protagonismo, autoestima e independência; reinserção social: fortalecimento e reconstrução dos vínculos familiares, comunitários, capacitação profissional e retorno ao mercado de trabalho.

A comunidade terapêutica proporciona ao indivíduo, de forma voluntária, o restabelecimento da disciplina, das regras e normas individuais e coletivas, que lhe foi tirado pelo uso das substâncias psicoativas. É um processo de longo prazo, avaliado constantemente pela equipe, e que valoriza cada conquista e mudança provocada no sujeito. Acrescenta-se também a laborterapia, a espiritualidade, atividades lúdicas terapêuticas, atividades culturais e esportivas e a profissionalizante.

Serviço especializado de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário.

Segmento: Usuário de substâncias psicoativas

Sexo: Masculino

Regime de Atendimento: Serviço de Acolhimento Institucional para Reinserção Social

XI - OBJETIVOS

• Objeto

A execução do Projeto Reconstruindo Valores por meio de serviço especializado de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário.

• Objetivo Geral

Oferecer atendimento integral ao dependente químico, em ambiente propício ao amadurecimento pessoal, favorecendo a sua reinserção na sociedade e a ressignificação do projeto de vida.

• Específicos:

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

Proporcionar condições adequadas para que o acolhido possa desenvolver sua autonomia e habilidades que o permita enfrentar sua relação problemática com o uso de substâncias psicoativas;

Promover ações socioeducativa, recreativa, cultural, de lazer, esporte, educação, laborterapia, dentre outras, favorecendo o convívio entre os pares para reconhecimento de si e troca de experiência, bem como eventos comunitários;

Atendimento psicossocial junto ao acolhido em todo o período do tratamento;

Promover a busca da família para a reconstrução dos vínculos, e proporcionar atividade em grupo junto à família;

Orientar, encaminhar e acompanhar os acolhidos para a rede de serviços do município;

Promover a participação dos usuários em oficinas de aprendizagem de um ofício, cursos profissionalizantes preparando o acolhido para sua reinserção no mercado de trabalho

XII - RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

- 1- Melhoria na qualidade de vida e garantia ao acesso a direitos;
- 2- Construção de autonomia;
- 3- Permanência de no mínimo 40% dos acolhidos durante seis meses do programa

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

XIII- DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1 - Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês.

Executar com qualidade o Serviço Especializado de Acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário. Por meio do atendimento buscar a reinserção social dos acolhidos. valor **R\$ 68.714,29**

XIV- ETAPAS DA EXECUÇÃO

Meta	Etapa	Título / Atividade	Início	Fim	Valor
1	1	Equipe especializada de atendimento Profissionais responsáveis pelo atendimento aos usuários, sendo um assistente social, um psicólogo e um coordenador geral.	abril/2020	dezembro/2020	R\$ 58.300,02
1	2	Gestão financeira e prestação de contas da OSC Serviço Contábil responsável pela gestão financeira da OSC bem como pela prestação de contas da parceria.	abril/2020	dezembro/2020	R\$ 900,00
1	3	Aquisição de Gênero de Alimentação Aquisição de gêneros alimentícios para preparação das refeições servidas aos usuários acolhidos.	abril/2020	dezembro/2020	R\$ 9.280,08
1	4	Aquisição de Combustível Aquisição de combustível utilizado no transporte dos usuários para acesso à rede de serviços do município: saúde; assistência, lazer, dentre outras políticas públicas. Bem como transporte necessário para tratar de assuntos administrativos da OSC.	abril/2020	dezembro/2020	R\$ 234,19

XV- METODOLOGIA

O atendimento do público-alvo ocorre por meio de procura espontânea do mesmo. O tratamento do público alvo será por meio do acolhimento institucional e posterior período de ressocialização conforme preconiza as legislações vigentes para a política sobre Drogas no Brasil.

Os acolhimentos realizados por meio do Termo de Fomento firmado com a Prefeitura Municipal de Sertãozinho seguirá o fluxo de atendimento existente, sendo por encaminhamento feito pelo CAPS-AD ou por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, sempre pautados em avaliação e indicação médica prévia para o acolhimento em CT.

A Fazenda de Recuperação Uma Nova História faz o acolhimento institucional voluntário por parte do usuário, seguindo os seguintes procedimentos:

1- **ACOLHIDA:** momento em que a equipe recepciona o usuário e sua família, caso houver, esclarece sobre o tratamento, as atividades desenvolvidas, período de duração do tratamento, dentre outros assuntos que surgirem. Preenche-se a ficha técnica, realizando a escuta do usuário, com o levantamento da história de vida, tipos de substâncias psicoativas consumidas, fatores de riscos, potencialidades, vínculos familiares e comunitários. A equipe avaliará se o usuário está apto a iniciar o processo de recuperação segundo os critérios de legibilidade de adesão e manutenção do tratamento proposto pela RDC-29/2011.

2- **ATIVIDADE PSICOSSOCIAL:** é um acompanhamento sistemático do psicólogo e assistente social que ocorre a nível individual e grupal, abordando o desenvolvimento psicoafetivo, o fortalecimento dos fatores de proteção, a reconstrução dos vínculos fragilizados e a prevenção de recaídas nos momentos de reinserção social e no pós-alta. O serviço social busca o asseguramento dos direitos e benefícios do acolhido para o fortalecimento deste dentro do processo de tratamento, além do acompanhamento e encaminhamento para a rede de serviços pública e privada. A equipe construirá junto ao residente o PAS- Plano de Atendimento Singular e Familiar estabelecendo os

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

compromissos das partes e as metas a serem atingidas. São desenvolvidas as seguintes ações:

- ? Grupo socioeducativos;
- ? Grupo de acolhimento;
- ? Serviço de atendimento emergencial;
- ? Grupos de prevenção a recaídas;
- ? Reuniões familiares;
- ? Oficinas de desenvolvimento profissional;
- ? Espaço de discussão;
- ? Grupo de passeios;
- ? Grupo de eventos sociais e comunitários;

3-SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO ESPIRITUAL: O projeto terapêutico também conta com os momentos de expressão da espiritualidade, que é um importante fator de fortalecimento do acolhido através das orações, reflexões e também meditação.

4-ETAPAS DO TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL

4.1-DESINTOXICAÇÃO E ADAPTAÇÃO: os três primeiros meses serão importantes para a desintoxicação que não é somente orgânica, mas sim, bio-psicossocial. É uma fase difícil, pois é quando o dependente está frágil e na maioria das vezes com autoestima abalada. Causa irritabilidade, isolamento social, insônia, tremores, dentre outros sintomas. É indispensável uma alimentação saudável, a prática de atividades físicas para amenizar os sintomas e liberar hormônios que proporcionam sensações de prazer. No primeiro mês é o período de avaliações clínicas, psiquiátricas, psicológica, integração com o grupo, estabelecimento das regras institucionais, estabelecimento de histórico do uso, avaliação do grau de comprometimento causado pela substância psicoativa e início dos grupos terapêuticos. No segundo mês conscientização das disfunções mentais, identificação dos sentimentos referente ao uso das substâncias psicoativas, sentimento de culpa, vergonha, criação de vínculos de confiança em relação ao grupo. Terceiro mês reconhecimento dos fatores de risco e proteção, dificuldades e facilidades, aprendizagem, disposição para mudanças de comportamento, período de resgate de valores e crenças espirituais.

4.2-CONSCIENTIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO: do 3º ao 6º mês, acontece o período de tratamento e reabilitação propriamente dito. Nesse período, as atividades serão intensificadas no mergulhar dentro de si, olhar para sua história de vida, ressignificar a própria história, buscando a superação de comportamentos inadequados que os levam ao uso de substâncias psicoativas.

Quarto mês aprofundamento da doença, reforço da autoestima, responsabilidade, avaliação e preparação para o período de reinserção social, plano de prevenção a recaídas, colocando em prática as estratégias de enfrentamento a situação de risco. Período de ressocialização, período de grande importância para a recuperação, onde o residente irá rever suas aptidões, com introdução as oficinas profissionalizantes.

Quinto mês percepção de um novo modo de vida, aceitação das suas limitações, melhor identificação entre suas vontades e necessidades, facilidade em identificar as impotências e maturidade emocional.

Sexto mês aprende a assumir maior responsabilidade social e moral, atitudes de consciência em todas as áreas da vida, busca pedido de ajuda para tomada de decisões. Melhora na autoestima e maior motivação, percepção de toda a trajetória seguida no tratamento, elaboração de projeto de vida pós-tratamento.

REINSERÇÃO SOCIAL: do 6º ao 9º mês trata-se do período de reinserção social, quando o usuário prepara-se para voltar ao convívio social. É o período para o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento para o convívio com a família e a sociedade, e preparação para o mundo do trabalho. A partir do 6º mês o residente passa uma semana em casa com os familiares e volta para a comunidade. Ao retornar, ele volta a exercer suas atividades, e recebe apoio no sentido de trabalhar suas maiores dificuldades no que diz respeito a sua reinserção social.

A Reinserção Social é o processo através do qual o sujeito reestrutura suas características de personalidade e a sua vida, desenvolvendo competências de autonomia e responsabilidade, apropriando-se de sua dignidade e cidadania e resgatando a sua autoestima. A reinserção também contribui para a eficácia do tratamento, conduzindo à realização pessoal e ao restabelecimento das redes sociais de suporte (trabalho, instituições de

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

ensino, dentre outras), promovendo estabilidade física, emocional e social do sujeito.

5. ATIVIDADES DIÁRIAS

Cronogramas de atividades:

Despertar e higiene pessoal 06:00 às 7:00h
 Café da manhã 07:00 às 07:30h
 Espiritualidade 07:30 às 08:00h
 Laborterapia 08:00 às 10:45h
 Almoço 11:00 às 12:30h
 Reunião Devocional 12:30 às 13:00h
 Laborterapia/profissionalização/ estudos 13:00 às 15:00h
 Descanso 15:30 às 16:00h
 Lanche da tarde 16:00 às 17:00h
 Lazer/esporte 17:00 às 18:00h
 Banho 18:00 às 18:45h
 Jantar 19:00 às 20:00h
 Reunião espiritual 20:00 às 21:30h
 Recolher 22:00h

Periodicidade das Atividades:

Atividades	Período
Reuniões de espiritualidade	Diariamente
Reuniões religiosas internas (voluntários)	03 vezes por semana
Palestras com a Enfermagem	01 vez por mês
Aprendizagem em cozinha	01 vez por semana
Oficinas terapêuticas (trabalhos manuais)	1 vez na semana
Visitas ao teatro, feiras e eventos	01 vez por bimestre
Reunião socioeducativa com o grupo (psicologia e social)	01 vezes por semana
Atendimento individual (psicologia e social)	01 vez por semana
Laborterapia (limpeza e organização pessoal do local, plantio e cultivo de horta)	Diariamente
Reunião socioeducativa com a família	01 vez por mês
Orientações familiares	01 vez por semana
Visitas domiciliares	02 vezes por mês
Grupo terapêutico com a família	01 vez por semana
Atividades físicas	02 vezes por semana
Atividades culturais	01 vez por mês
Encaminhamentos, orientações e acompanhamento da rede de serviços	Diariamente
Curso de capacitação profissional (elétrica, hortaliça, etc)	01 vez por trimestre
Preparação para o mercado de trabalho (orientação de como se portar e se vestir para uma entrevista de trabalho e técnicas administrativas)	01 vez por semestre

XVI - DEFINIÇÃO DOS INDICADORES E MEIOS DE VERIFICAÇÃO A SEREM

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DOS CUMPRIMENTOS DAS Metas/Etapas

Meta	Etapas	Descrição das Metas e Etapas	Indicadores de Cumprimento da Meta/Etapas	Meios de Verificação
1	1	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Equipe especializada de atendimento	Atendimento; Entrevista Socioeconômica; Construção do PAS (Plano de Atendimento Singular) e acompanhamento dos usuários pela equipe técnica. Reuniões, palestras e orientações aos usuários. Acompanhamento das atividades planejadas e funcionamento da OSC pela Coordenação Geral	Relatório Multiprofissional; PAS (Plano de Atendimento Singular) ; Lista de atendidos lista de presença nos atendimentos de grupo; Grade de atividades diária e mensal.
1	2	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Gestão financeira e prestação de contas da OSC	A utilização do recurso de acordo com o plano aprovado; Caso necessário a solicitação de certidão de apostilamento; Prestação de Contas (Entrega e Aprovação da mesma)	Relatorio tecnico da área de competencia, comprovantes de transferência e uso do recurso, apresentação de balanço financeiro e patrimonial, e a prestação de contas.
1	3	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Aquisição de Gênero de Alimentação	Nível de satisfação dos acolhidos com as refeições ofertadas, construção de cardápio base nutricional de acordo com os alimentos adquiridos	Pesquisa de satisfação referente a alimentação, cardápio nutricional da OSC; notas e cupons fiscais dos alimentos adquiridos.
1	4	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Aquisição de Combustível	Quilometragem gasta do veículo; participação dos acolhidos em atividades de lazer, cultura, e comparecimento em atendimentos de saúde agendados, e nos demais serviços públicos.	Controle de quilometragem com entrada e saída e motivo do uso do veículo. Notas /cupom fiscal de abastecimento.

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini, 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

XVII - RECURSOS HUMANOS

Cargo	Formação	Quantidade	Carga Horária	Vínculo Empregatício
Assistente Social	Superior	1	09	RPA
Coordenador Geral	Ensino Médio Completo	1	44	RPA
Psicólogo	Superior	1	09	RPA
Coordenador	ensino médio	01	44 horas semanais	RPA
Monitor 1	ensino médio	01	44 horas semanais	RPA
Monitor 2	ensino médio	01	44 horas semanais	RPA

XVIII- PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 DESCRIÇÃO DAS RECEITAS

Origem do Recurso	Fonte	Valor Total
Municipal	015100000	R\$ 68.714,29

18.2 DESCRIÇÃO DAS DESPESAS (SINTÉTICO)

Despesas	Custo Mensal	Custo Período
Recursos humanos (Autônomos e pessoa jurídica) -	R\$ 6.477,78	R\$ 58.300,02
Gêneros alimentícios -	R\$ 1.031,12	R\$ 9.280,08
Outros serviços de terceiros -	R\$ 100,00	R\$ 900,00
Combustível -	R\$ 24,32	R\$ 234,19

XIX- CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Cronograma de Execução (Metas e Etapas)					
Meta	Etapas	Descrição das Metas e Etapas	Início	Término	Valor
1	1	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Equipe especializada de atendimento	abril/2020 abril/2020	dezembro/2020 dezembro/2020	R\$ 68.714,29 R\$ 58.300,02

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

1	2	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Gestão financeira e prestação de contas da OSC	abril/2020 abril/2020	dezembro/2020 dezembro/2020	R\$ 68.714,29 R\$ 900,00
1	3	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Aquisição de Gênero de Alimentação	abril/2020 abril/2020	dezembro/2020 dezembro/2020	R\$ 68.714,29 R\$ 9.280,08
1	4	Atender com qualidade e buscar promover a reinserção social de 18 usuários acolhidos no mês. Aquisição de Combustível	abril/2020 abril/2020	dezembro/2020 dezembro/2020	R\$ 68.714,29 R\$ 234,19
				Total:	R\$ 68.714,29

XX- PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO DO RECURSO

RECURSOS HUMANOS (AUTÔNOMOS E PESSOA JURÍDICA)

Cargo	Quant.	Salário	Qt. Meses	Valor Total Período	13º Salário	1/3 Férias	Encargo trabalhista	Custo total
Assistente Social	1	R\$ 1.522,89	09	R\$ 13.706,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188,22	R\$ 15.399,99
Coordenador Geral	1	R\$ 2.658,29	9	R\$ 23.924,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 397,27	R\$ 27.500,04
Psicólogo	1	R\$ 1.522,89	9	R\$ 13.706,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188,22	R\$ 15.399,99
Coordenador	01	R\$ 0,00	09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Monitor 1	01	R\$ 0,00	09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Monitor 2	01	R\$ 0,00	09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total		R\$ 5.704,07		R\$ 51.336,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.963,39	R\$ 58.300,02

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Descrição Detalhada	Qtde Mensal	Qtde Total	Valor Unit	Valor Mensal Médio	Valor Total
Achocolatado em pó	11	99	R\$ 9,84	R\$ 108,24	R\$ 974,16
Açúcar Cristal	9	81	R\$ 9,03	R\$ 81,27	R\$ 731,43
Café	9	81	R\$ 9,24	R\$ 83,16	R\$ 748,44
Leite integral	13	117	R\$ 2,56	R\$ 33,28	R\$ 299,52
Linguiça	16	144	R\$ 6,90	R\$ 110,40	R\$ 993,60
Margarina	11	99	R\$ 8,07	R\$ 88,77	R\$ 798,93
Óleo	12	108	R\$ 2,94	R\$ 35,28	R\$ 317,52
Suco	25	225	R\$ 3,04	R\$ 76,00	R\$ 684,00

20

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

Coxão Mole (carne)	16	144	R\$ 25,92	R\$ 414,72	R\$ 3.732,48
			Total	R\$ 1.031,12	R\$ 9.280,08

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição Detalhada	Qtde Mensal	Qtde Total	Valor Unit	Valor Mensal Médio	Valor Total
Contador	1	9	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 900,00
			Total	R\$ 100,00	R\$ 900,00

COMBUSTÍVEL

Descrição Detalhada	Qtde Mensal	Qtde Total	Valor Unit	Valor Mensal Médio	Valor Total
Etanol	8	77	R\$ 3,04	R\$ 24,32	R\$ 234,19
			Total	R\$ 24,32	R\$ 234,19

XXI- CRONOGRAMA DESEMBOLSO

Data Desembolso	Valor do Repasse
01/04/2020	R\$ 7.634,00
01/05/2020	R\$ 7.634,00
01/06/2020	R\$ 7.634,00
01/07/2020	R\$ 7.634,00
01/08/2020	R\$ 7.634,00
01/09/2020	R\$ 7.634,00
01/10/2020	R\$ 7.634,00
01/11/2020	R\$ 7.634,00
01/12/2020	R\$ 7.642,29

XXII- INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

01/04/2020 á 31/12/2020

FAZENDA DE RECUPERAÇÃO UMA NOVA HISTÓRIA

Sítio Bianchini , 11, Zona Rural - km 11, Sertãozinho-SP

CNPJ: 18.622.171/0001-18

(16)39471719

XXIII- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento e avaliação ocorrerá sistematicamente por parte da equipe técnica da instituição junto aos residentes, utilizando os seguintes instrumentais: observação comportamental dos residentes, questionários, registros em atendimentos individuais e grupais, relatos pessoais e visitas domiciliares. Os indicadores utilizados para avaliação do tratamento são: superação do uso das substâncias psicoativas e recaídas, ressocialização do residente, cumprimento das regras e disciplina nas ações desenvolvidas, reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, autoestima, protagonismo, interesse em estar inserido no mercado de trabalho e profissionalização.

Sertãozinho - SP, 17 de fevereiro de 2020



RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES
Presidente da OSC
CPF 265.472.348-86



Tatiane Cristina Pereira Guidoni
Gestor da Parceria
Secretária
CPF 295.074.358-75